

# 5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial Titular: Paula da Silva Pereira Zaccaron

Rua Líbero Badaró, n. 425, 28° andar, Cep 01009-905 / Pq. Anhangabaú, n. 350, 28° andar, Cep 01007-040 - Ce Tel.: (11) 3295-5555 - Email: 5rtd@5rtd.com.br - Site: www.5rtd.com.br

## REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

## Nº 86.643 de 27/01/2025

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo 25 (vinte e cinco) páginas, foi apresentado em 27/01/2025, protocolado sob nº 119.770, tendo sido registrado eletronicamente sob nº 86.643 e averbado no registro nº 25.409 de 27/03/2002 no Livro de Registro A deste 5º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

ORGANIZACAO NAO GOVERNAMENTAL SYLVIO DE MAGALHAES PADILHA ONG SYMAP CNPJ nº 05.021.203/0001-88

Natureza:

ALTERAÇÃO DE ESTATUTO

São Paulo, 27 de janeiro de 2025

Vilson Borges Souza

Escrevente

Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 266,87	R\$ 75,75	RS 51,85	R\$ 14,11	R\$ 18,29
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 12,73	R\$ 5,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 445,19



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: servicos.cdtsp.com.br/validarregistro e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00241153030678005



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital 1135894PJBD000022111ED252

#### ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

# SYLVIO DE MAGALHÃES PADILHA – ONG SYMAP CNPJ/MF Nº 05.021.203/0001-88

# ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2024

Aos cinco dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e quatro (05/12/2024), as 11h00, conforme Anúncio de Convocação, datado de vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e quatro e devidamente afixado na sede social da entidade, situada a Rua Silveira Sampaio nº 309 - Fazenda Morumbi, CEP: 05656-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os associados, com presenças devidamente registradas em lista de presença, nos termos do Estatuto em vigor, para deliberarem quanto a Eleição da Nova Diretoria, novo Conselho Fiscal, e demais Conselhos para a Gestão 2024/2026, com início de mandato em 05 de dezembro de 2024 e término em 04 de dezembro de 2026, da Organização Não Governamental Sylvio de Magalhaes Padilha -ONG SYMAP, CNPJ/MF nº 05.021.203/0001-88.

Presenças: a totalidade dos associados: Marco Antônio de Oliveira, Vera Lucia Vilhena Oliveira Machado, Fernanda Aguiar de Oliveira, Fátima da Rocha Prado, Davi de Jesus da Silva, Ricardo Prates Alves, Bernardino Santi e Lanna Sacramento da Silva.

Mesa: Marco Antônio de Oliveira; Vera Lucia Vilhena Oliveira Machado.

Ordem do dia: (1) Eleição do Conselho Fiscal Efetivo, (II) Eleição dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho de Atletas, Conselheira Jurídica e Secretária, e Médico da ONG, para assumir mandato de 02 (dois) anos, o qual terá início em 05 de dezembro de 2024 e término em 04 de dezembro de 2026, e (III) alteração do Estatuto Social, para (i) que o Conselho de Fiscal, seja composto por apenas um membro.

Assumiu a direção dos trabalhos o Senhor Marco Antônio de Oliveira, Presidente, constante no último registro, e Vera Lucia Vilhena Oliveira Machado, no cargo de Conselheira Vice Presidente, Tesoureira e atuando também como Secretária, a quem coube a tarefa de registrar a presente ata.

Após constatar o quórum estabelecido no Estatuto Social vigente, o(a) Senhor(a) Conselheiro Executivo Presidente, Marco Antônio de Oliveira, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.215.7 18-42, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 13199576- 5 SSP/SP, expedida em 26/01/2021, brasileiro, solteiro, maior, filiação Virgílio Jose de Oliveira e Umbelina Ferreira da Silva, Profissional de Educação Física e empreendedor, residente e domiciliado na Rua Martim Francisco, 100, apartamento 101, CEP 01226 000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, marcoshanghai@gmail.com; declarou regularmente instalada a Assembleia Geral e dando atendimento à ordem do dia,



esclareceu sobre as funções dos membros da Associação e, em seguida, os presentes foram convidados a candidatarem-se ao cargo de Presidente.

Por unanimidade de votos, e não havendo outro candidato ao cargo, os associados mantiveram na presidência o Sr. Marco Antônio de Oliveira, e os demais associados, da mesma forma se mantiveram em seus cargos.

#### Deliberações tomadas por unanimidade: Os associados aprovaram:

(l) Eleição da nova diretoria e Conselho de Administração, Conselho Fiscal Efetivo, Conselho de Atletas, Conselheira Jurídica e Secretária, Médico

Foram eleitos os membros do novo Conselho de Administração, para assumir mandato de 02 (dois) anos, o qual terá início em 05 de dezembro de 2024 e término em 04 de dezembro de 2026; Ficam designados para os cargos de Conselheiro Executivo Presidente Marco Antônio de Oliveira, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.215.7 18-42, portador da Cédula de identidade R.G. nº 13.199.576- 5 SSP/SP, expedida em 26/01/2021, brasileiro, solteiro, maior, filiação Virgílio Jose de Oliveira e Umbelina Ferreira da Silva, profissional de educação física e empreendedor, residente e domiciliado na Rua Martim Francisco, 100, apartamento 101, CEP 01226 000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, marcoshanghai@gmail.com, Conselheira Vice-Presidente, Tesoureira e Secretária, a Sra. Vera Lucia Vilhena Oliveira Machado, inscrita no CPF sob o nº 041.578.318-61, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 16.994.480-3 SSP/SP, expedida em 19/07/2012, brasileira, casada, filiação Vicente Alves de Oliveira e Emerentina Vilhena Cezarino de Oliveira, administradora de empresas, residente e domiciliada na Rua Heske Okihara, 156, CEP:13.805-044, Chácaras São Marcelo, Mogi Mirim, SP, veravilhena@hotmail.com.br; Conselho de Atletas Efetivo: Lanna Sacramento da Silva, inscrita no CPF/MF sob o nº 564.386.068-63, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 50.366.623-3SSP/SP, expedida em 16/03/2023, brasileira, solteira, maior, filha de Jozete do Sacramento da Silva e Sérgio Souza da Silva, atleta, residente el domiciliada na Rua Fortunato Keller nº 99, Vila Gilda, CEP: 04953-120, São Paulo/SP, Conselho de Atletas Suplente: Davi de Jesus Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 561.937.548-06, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 50.826.379-7SSP/SP, expedida em 14/12/2018, brasileiro, solteiro, maior, filho de Amilton Raimundo da Silva e Edinabel de Jesus, atleta, residente e domiciliado no BC Amizade da Sai Itapanhau nº CEP: 05665-060, São Paulo. davi17jesussilva@gmail.com; Conselho Fiscal Efetivo: Ricardo Prates Alves, inscrito no CPF/MF sob o nº 325.066.428-62, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 41.421.428SSP/SP, brasileiro, casado, vendedor, filho de Livio Cordeiro Alves e Janete Ferreira Prates Alves, residente e domiciliado na Rua Antônio Correia dos Santos, nº 23 Jd. São Pedro, Itapecerica da Serra, CEP: 06863-260, São Paulo. ricardoprates 16@gmail.com, Conselheira Jurídica Efetiva: Fernanda Aguiar de Oliveira, brasileira, divorciada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 259.556.018-21, inscrita na OAB/SP sob o nº 204.106, portadora do RG nº 25.574.361-OSSP/SP, expedida em 11/07/2002, filha de Henrique Cesarino de Oliveira e Maria de Aguiar Oliveira, residente e domiciliada na Rua Serra de Botucatu, nº 1408, Vila Gomes Cardim, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fernanda.advogada@hotmail.com; Conselheira Jurídica Suplente: Fátima da Rocha Prado, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 11140886843, inscrita na OAB/SP sob o nº 123.202, portadora do RG nº 20.526.343-4SSP/SP, expedida em 30/12/2008, filha de Antenor da Rocha Prado e Georgina Maria da Conceição Prado, residente e domiciliada na Rua Serra de Botucatu, nº 1408, Vila Gomes Cardim, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; Médico: Dr. Bernardino Santi, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF/MF sob

8

P

 $\times$ 

P

RAA

2 ( 10 5° p) 1 ( 1

029.900.278-07, portador do RG nº 6.131.086SSP/SP, com CRM Nº 49407, filho de Giovanna Santi e Alberto Santi, com endereço a Rua Paulo Franco, nº 295, CEP: 05305-030, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e-mail: <a href="mailto:bsanti@cbboxe.com.br">bsanti@cbboxe.com.br</a>;.

Para os cargos de Gerente de Projetos e Gerente de Marketing, por não haver candidatos qualificados, não terão os cargos ocupados, ficando para uma próxima eleição ou futuramente.

(I) A alteração do Estatuto Social, para (i) que o Conselho de Fiscal, seja composto por apenas um membro, no Cargo Efetivo, conforme abaixo:

Conselho Fiscal Efetivo: Ricardo Prates Alves, inscrito no CPF/MF sob o nº 325.066.428-62, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 41.421.428SSP/SP, brasileiro, casado, vendedor, filho de Livio Cordeiro Alves e Janete Ferreira Prates Alves, residente e domiciliado na Rua Antônio Correia dos Santos, nº 23, Jd. São Pedro, Itapecerica da Serra, CEP: 06863-260, São Paulo. ricardoprates 16@gmail.com.

Em razão da deliberação acima, fica alterado o artigo 36, e excluído o inciso II do artigo 56, conforme consolidação a seguir transcrito:

# "ESTATUTO SOCIAL – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL SYLVIO DE MAGALHÃES PADILHA – ONG SYMAP

#### CNPJ/ME 05.021.203/0001-88

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, FINS, NATUREZA E SEDE

Artigo 1 – Sob a denominação de "ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL SYLVIO DE MAGALHÃES PADILHA – ONG SYMAP", doravante designada "ONG SYMAP" ou "associação", fica constituída uma pessoa jurídica de direito privado na forma de associação, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, a Rua Silveira Sampaio nº 309 – Fazenda Morumbi, CEP: 05656-010, Estado de São Paulo, regendo-se pela legislação vigente e pelas normas deste Estatuto.

Artigo 2 – "ONG SYMAP" destina-se a desenvolver e coordenar projetos sociais junto à sociedade brasileira, visando ainda contribuir para a transformação da sociedade e educar através do esporte segundo os valores do Ideal Olímpico, respeitando a hierarquia do Comitê Olímpico Brasileiro, doravante designado "Plano"; cujo propósito é coordenar e organizar eventos desportivos, sem finalidade lucrativa, com o intuito de promover a integração social e possibilitar o aperfeiçoamento técnico de atletas, objetivando a participação destes em competições nacionais e internacionais. O Plano utilizará técnicas e metodologias modernas de planejamento estratégico, associadas a uma ampla participação popular que se pretende seja obtida mediante contribuições ativas de todos os segmentos representativos da comunidade que se propuserem a participar com propostas, sugestões, trabalho voluntário ou aportes materiais e financeiros. Todo o processo de elaboração do Plano, em suas diversas etapas, será doravante designado "Projeto".

Artigo 3 – O prazo de duração é indeterminado.

#### Dos Objetivos Sociais

Artigo 4 – "ONG SYMAP" tem por objetivo:

RA



1

Y

I - Desenvolver programas e projetos de atendimento à criança e ao adolescente proporcionando a inclusão social através do esporte no Brasil e exterior;

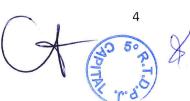
II - Desenvolver o desporto educacional com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

- III Desenvolver o desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde, educação, e na preservação do meio ambiente:
- IV Desenvolver o desporto de rendimento, praticado segundo as regras de práticas desportivas, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País às outras nações;
- V Desenvolver o desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos, que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição;
- VI Desenvolver programas e projetos de assistência social, voltados ao desporto educacional, de participação, de rendimento e de formação, em todas as modalidades esportivas no Brasil e exterior;
- VII Desenvolver programas e projetos culturais e de incentivo a prática de esportes olímpicos, paraolímpicos e não-olímpicos no Brasil e exterior;
- VIII Desenvolver programas, estudos e pesquisas para o esporte no Brasil e exterior;
- IX Desenvolver, executar ou implementar projetos voltados à promoção do esporte e do lazer no Brasil e exterior;
- X Desenvolver, executar ou implementar programas de gestão desportiva no Brasil e exterior;
- XI Incentivar a cultura e a prática de todos os esportes, promovendo eventos culturais, esportivos, agenciamento de atletas e assessoria esportiva no Brasil e exterior;
- XII Organizar e participar de competições e eventos esportivos nacionais e internacionais;
- XIII Desenvolver, executar e implementar programas e projetos de assistência ao desportista no Brasil e exterior;
- XIV Desenvolver e administrar complexos culturais, esportivos e de lazer no Brasil e exterior;
- XV Desenvolver programas especiais de preparação de atletas no Brasil e exterior;
- XVI Desenvolver assistência e apoio às instituições que atuam na defesa dos direitos sociais;
- XVII Organizar cursos, palestras, fóruns, seminários, workshops e congressos nas áreas esportivas em prol do desenvolvimento e progresso do desporto;
- XVIII Desenvolver programas e projetos de estágios, estudos, pesquisas, extensão, pósgraduação, em parceria com faculdades, universidades, escolas técnicas e profissionalizantes nacionais e internacionais;
- XIX Desenvolver novos modelos experimentais não lucrativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- XX Integrar com programas oficiais do setor governamental;
- XXI Promover o voluntariado;
- XXII Receber doações de alimentos para que sejam posteriormente distribuídas as pessoas carentes da região, e que estejam devidamente cadastradas na ONG;
- Parágrafo único Os alimentos recebidos em doação pela ONG SYMAP, serão distribuídos, e poderão ser estes perecíveis e não perecíveis, incluindo frutas e verduras.

P

 $\times$ 

BA



Artigo 5 - A fim de cumprir as suas finalidades a ONG SYMAP poderá firmar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação, termos de fomento e articular-se de forma conveniente, com órgãos ou entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

Artigo 6 – A ONG SYMAP poderá desenvolver atividades em todo território nacional em forma de filial, licenciada ou mantida.

#### CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

Artigo 7 - O quadro de associados da ONG SYMAP é ilimitado e constituído da seguinte classificação:

I - associado mantenedor,

II - associado efetivo,

III - associado contribuinte.

IV - associado voluntário,

V - associado atleta,

VI - associado benemérito,

VII - associado patrocinador,

VIII - associado institucional.

Artigo 8 - É associado mantenedor, a pessoa física presente na assembleia de constituição, que se compromete à administração e manutenção da ONG SYMAP e que venha a pagar anuidades.

Artigo 9 - É associado efetivo, a pessoa física que seja associada contribuinte, que tenha participado das atividades da ONG SYMAP por prazo não inferior a 03 (três) anos consecutivos, sem faltas ou sanções administrativas e que seja convidado a compor a categoria pelo conselho de administração e que venha a pagar anuidades.

Artigo 10 - É associado contribuinte, a pessoa física que venha a solicitar a sua adesão após a assembleia de constituição e que venha a pagar anuidades.

Parágrafo único: O quadro de associado contribuinte poderá ter subcategorias a serem definidas posteriormente através de assembleia geral específica.

Artigo 11 - É associado voluntário, a pessoa física que venha a compor os serviços voluntários da ONG SYMAP no desenvolvimento de suas atividades, estando isento de pagamentos das anuidades.

Artigo 12 - É associado atleta, todo atleta de diversas modalidades desportivas, que venha a participar dos projetos ou programas da ONG SYMAP, estando isento de pagamentos das anuidades.

Artigo 13 - É associado benemérito, a pessoa física que tenha prestado serviços relevantes a ONG SYMAP, quer seja por atividades voluntárias, por doações ou contribuições, estando isento de pagamento de anuidades.

ONG SYMAP, de forma constante ou periódica, que venha a pagar anuidades ou não.

Artigo 14 - É associado patrocinador, a pessoa jurídica que patrocina as atividades da



Artigo 15 - É associado institucional, todas as pessoas jurídicas, do primeiro, segundo e terceiro setor, que participe de programas ou projetos e que venha a pagar anuidades ou

Artigo 16 - Uma pessoa pode participar de mais de uma categoria de associado, podendo

## CAPÍTULO III – DA ADMISSÃO, SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E DEMISSÃO

- Artigo 17 Para admissão do associado, deverá ser preenchida uma ficha cadastral, a qual será analisada pelo conselho de administração e uma vez aprovada será informado o número de matrícula e a categoria a que pertence.
- Artigo 18 O convite para efetivação do associado contribuinte será em forma de avaliação, sendo encaminhado pelo Conselho de Administração e homologado pela assembleia geral, conforme o artigo 10 do presente estatuto.
- Artigo 19 Quando um associado infringir o presente estatuto ou venha a exercer atividades que comprometam a ética, moral ou aspecto financeiro do da ONG SYMAP, será passível de sanções da seguinte forma:
  - I advertência por escrito;
  - II suspensão dos seus direitos por tempo determinado;
  - III exclusão do quadro de associado
- Artigo 20 A advertência por escrito será elaborada pelo conselho de administração, com aviso de recebimento e informando o motivo.
- Artigo 21 Ocorrendo a repetição do fato, o associado será suspenso dos seus direitos, por um prazo não superior a 150 (cento e cinquenta) dias corridos, pelo conselho de administração, com exposição de motivos.
- Artigo 22 Perdurando o fato, ou que venha a cometer mais transtornos, no prazo de 12 (doze) meses corridos, o associado será conduzido pelo conselho de administração a pautar junto à assembleia geral extraordinária, sugerindo a sua exclusão.
- Artigo 23 O associado excluído poderá retornar ao quadro de associado após 03 (três) anos de afastamento.

Parágrafo único: Quando da sua readmissão o candidato estará sujeito às recomendações vigentes no estatuto e demais normas internas.

- Artigo 24 Para demissão espontânea do associado, basta o mesmo encaminhar a solicitação do seu afastamento, através de uma correspondência, dirigida à secretaria da ONG SYMAP.
- Artigo 25 O associado que venha a solicitar sua demissão espontânea, poderá retornar ao quadro de associado a qualquer momento, exceto quando houver um precedente administrativo pendente, quando do seu afastamento.
- Artigo 26 Quando ocorrer falta grave por parte do associado e que venha a comprometer a ONG SYMAP, o conselho de administração poderá excluí-lo, sem a necessidade de advertência ou suspensão.

Artigo 27 - Todo associado encaminhado para exclusão, terá direito à defesa na assembleia extraordinária subsequente.

#### CAPÍTULO IV - DOS DIREITOS E DEVERES DO ASSOCIADO

Artigo 28 - São direitos do associado:

- I frequentarem a sede da ONG SYMAP;
- II usufruir os serviços oferecidos pela ONG SYMAP;
- III participar das assembleias;
- IV aos associados mantenedores, efetivos e atletas, de candidatarem-se a cargos eletivos;
- V votar nas pautas das assembleias gerais.

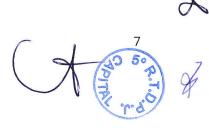
Artigo 29 - São deveres dos associados:

- (a) concorrer com seu esforço pessoal para a plena consecução dos objetivos da ONG SYMAP, do Plano e do Projeto;
- (b) promover a cooperação entre os setores público e privado, abstendo-se e empenhando-se para evitar qualquer tipo ou forma de favorecimento, exploração ou mesmo simples conotação de atividade político-partidária no âmbito da associação, do Plano e do Projeto e/ou a promoção de interesses particulares;
- (c) cooperar para a arrecadação de recursos para financiar a **ONG SYMAP**, o Projeto, o Plano e sua ulterior implementação;
- (d) desenvolver as tarefas que se propuserem a realizar, voluntariamente, conforme compromissos verbais ou escritos, assumidos perante a Assembleia Geral e o Conselho de Administração, Conselho de Administração; e
- (e) manter em dia suas obrigações financeiras junto à ONG SYMAP.
- (f) acatar as decisões da assembleia ONG SYMAP;
- (g) atender os objetivos e finalidades do ONG SYMAP;
- (h)- zelar pelo nome do ONG SYMAP;
- (i)- participar das atividades do ONG SYMAP.
- Artigo 30 Os associados mantenedores, efetivos e atletas poderão pleitear a cargos eletivos, desde que estejam em pleno gozo dos seus direitos.
- **Artigo 31 -** Os associados poderão formar grupos de trabalho independente da estrutura administrativa, para desenvolver atividades como:
  - I serviços de voluntariado;
  - II realização de eventos de confraternização;
  - III grupos de estudos e pesquisas,
  - IV grupos de debates,
  - V grupos de produção.

Parágrafo único: Para realização das atividades, basta comunicar à secretaria do ONG SYMAP, indicando um responsável pelas mesmas e apresentar plano de trabalho.

**Artigo 32** – Cancela-se a qualidade de associado por:

RAN



1

- (a) falecimento da pessoa física ou qualquer tipo de dissolução, liquidação, falência ou outra modalidade que implique desconstituição da pessoa jurídica;
- (b) sentença judicial condenatória por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, quando pessoa física;
- (c) infração deste Estatuto; e
- (d) pedido de exclusão.

Parágrafo primeiro — O representante legal ou procurador da pessoa jurídica associada incurso na situação prevista na alínea (b) deste Artigo 32°, estará automaticamente impedido de representar a associada, hipótese em que o Conselho de Administração deliberará a respeito da continuação ou cancelamento da qualidade de associada da representada.

Parágrafo segundo – A decisão de cancelamento será tomada por maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração, cabendo ao associado recurso à Assembleia Geral, que deliberará, nesses casos, por voto de 2/3 (dois terços) dos associados presentes em assembleia especificamente convocada para esse fim.

#### CAPÍTULO V – DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Artigo 33 – A ONG SYMAP é composto dos seguintes órgãos para sua administração:

I - assembleia geral;

II - conselho de administração;

III - conselho fiscal;

IV - conselho de atletas;

V - secretaria executiva;

Artigo 34 - As assembleias gerais são órgãos supremos de decisão da ONG SYMAP.

Artigo 35 - O conselho de administração é composto de até 06 (seis) membros, eleitos entre os associados mantenedores, efetivos e atletas, com mandato de 02 (dois) anos.

Artigo 36 - O conselho fiscal é composto de 01 (um) membro, eleito entre os associados mantenedores, efetivos e atletas, com mandato de 02 (dois) anos.

**Artigo 37** - O conselho de atletas é composto de 02 (dois) membros, constituídos por associados atletas de qualquer modalidade desportiva, indicados pelos associados mantenedores e efetivos, com mandato de 02 (dois) anos.

Artigo 38 - A secretaria executiva é contratada e remunerada, podendo ser composta de associados ou não, sendo órgão de execução e acompanhamento.

#### CAPÍTULO VI – DAS ASSEMBLEIAS

Artigo 39 - As assembleias gerais podem ser ordinárias ou extraordinárias, sendo órgão supremo de decisão da ONG SYMAP.

0.14

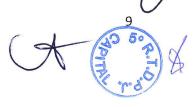
8 Solution of the second of t

A

- **Artigo 40** A assembleia geral ordinária ocorrerá sempre na primeira quinzena do mês de março de cada ano.
- Artigo 41 Compete à assembleia geral ordinária:
  - I aprovar planos de trabalho,
  - II aprovar balanços e contas.
- Artigo 42 A assembleia geral extraordinária poderá se reunir quantas vezes for necessário, sempre que o assunto for de interesse da ONG SYMAP.
- Artigo 43 Compete à assembleia geral extraordinária:
  - I eleger membros do conselho de administração, fiscal e de atletas,
  - II discutir assuntos referentes a bens e patrimônios,
  - III alterar ou reformar o presente estatuto,
  - IV dissolução da ONG SYMAP.
  - V exclusão de associado,
  - VI destituição de membros dos conselhos,
  - VII demais assuntos de relevância.
- Artigo 44 A convocação das assembleias gerais poderá ser realizada da seguinte forma:
  - I por fixação de edital no quadro de aviso da secretaria da sede com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos,
  - II e ou por meio de circular entre os associados com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos,
  - III e ou por publicação na imprensa local, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos.
- Artigo 45 As deliberações das assembleias gerais poderão ser da seguinte forma:
  - I em primeira convocação com no mínimo da metade mais um dos associados em pleno gozo dos seus direitos,
  - II em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número de associados.
- Parágrafo único: As deliberações das assembleias serão em forma de votação com decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes.
- Artigo 46 O edital de convocação das assembleias gerais deverá conter:
  - I data da assembleia,
  - II horário da assembleia,
  - III local com endereço completo,
  - IV pauta da assembleia.
- Artigo 47 As assembléias gerais poderão ser convocadas pelo:
  - I presidente do conselho de administração,
  - II primeiro titular do conselho fiscal,
  - III coordenador do conselho de atletas,
  - IV por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.
- **Artigo 48** Quando da votação de uma pauta em assembleias gerais, todos os associados em pleno gozo dos seus direitos, poderão participar.

CAPÍTULO VII – DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2A



A .

- Artigo 49 O conselho de administração é composto de até 06 (seis) membros, com mandato de 02 (dois) anos, com direito à reeleição, sendo composto dos seguintes cargos:
  - I Conselheiro Executivo Presidente,
  - II Conselheira Vice-Presidente,
  - III Conselheira Tesoureira,
- Artigo 50 Os membros do Conselho de Administração são eleitos entre os associados mantenedores, efetivos e atletas, em pleno gozo dos seus direitos, com mandato de 02 (dois) anos, com direito à reeleição.

**Parágrafo Primeiro:** Fica vedado a eleição de cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o 2º grau ou por afinidade do presidente ou dirigentes da entidade, sendo obrigatória a alternância no exercício dos cargos de direção sem prejuízo da limitação da duração do mandato de seu presidente.

**Parágrafo Segundo:** A **ONG SYMAP** será representada por seu Conselheiro Executivo Presidente ou pela Conselheira Vice-Presidente, isoladamente, sendo os únicos capazes de outorgar poderes a terceiros.

Artigo 51 - Compete ao conselho de administração:

I - presidir assembleias gerais,

II - convocar assembleias gerais,

III - contratar e demitir funcionários,

IV - montar planos de trabalho,

V - administrar com transparência a ONG SYMAP.

Artigo 52 - Compete ao Conselheiro Executivo Presidente do conselho de administração:

I - representar e responder ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente pela **ONG SYMAP**,

II - presidir reuniões e assembleias,

III - assinar documentos, recebimentos e pagamentos,

IV – administrar a **ONG SYMAP** em conjunto com os demais conselheiros e a secretaria executiva,

V - definir planos de trabalho e projetos em conjunto com o conselho de administração,

VI - convocar assembleias gerais,

VII - responder judicial e extrajudicialmente pela gestão.

Artigo 53 - Compete a Conselheira Vice-Presidente do conselho de administração:

I - representar e responder ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente pela **ONG SYMAP** isoladamente na ausência do Conselheiro Executivo Presidente,

II - presidir reuniões e assembleias na ausência do Conselheiro Executivo Presidente,

III - assinar documentos, recebimentos e pagamentos na ausência do Conselheiro Executivo Presidente.

IV – administrar a **ONG SYMAP** em conjunto com os demais conselheiros e a secretaria executiva,

1

10

RAA

- V definir planos de trabalho e projetos em conjunto com o conselho de administração,
- VI convocar assembleias gerais,
- VII responder judicial e extrajudicialmente pela gestão na ausência do Conselheiro Executivo Presidente.
- VIII substituir o Conselheiro Executivo Presidente nas suas faltas e impedimentos.
- Artigo 54 Compete a Conselheira Tesoureira do conselho de administração:
  - I- organizar a contabilidade;
  - II- montar o balanço anual e balancetes;
  - III- proceder os recebimentos e pagamentos.
- Artigo 55 Compete a Conselheira de Marketing do conselho de administração:
  - I- criar e executar o plano de marketing com a finalidade de captação de recursos e comunicação dos objetivos, projetos e atividades da ONG SYMAP de forma clara, objetiva e com uma linguagem adequada para crianças, jovens, funcionários, parceiros, família, comunidade, governo (municipal, estadual e federal) e demais envolvidos na atuação da ONG SYMAP.

#### CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO FISCAL

- **Artigo 56** O conselho fiscal é composto por 01 (um) membro, eleito entre os associados mantenedores, efetivos e atletas, com mandato de 02 (dois) anos, com direito à reeleição, sendo composto de:
  - I primeiro titular.
- Artigo 57 Compete ao conselho fiscal:
  - I presidir reuniões e assembleias gerais,
  - II manifestar-se sobre alienação e venda de bens e patrimônios,
  - III convocar reuniões e assembleias,
  - IV manifestar-se sobre conduta dos associados,
  - V manifestar-se sobre planos de trabalho,
  - VI constituir comissões específicas,
  - VII aprovar balanços.

Artigo 58 - O conselho fiscal poderá contratar serviços externos de terceiros para realizar auditorias e fornecer relatórios de avaliação dos programas e projetos.

#### CAPÍTULO IX - DO CONSELHO DE ATLETAS

- Artigo 59 O conselho de atletas é constituído por associados atletas de qualquer modalidade desportiva, sendo composto de 02 (dois) membros eleitos entre os indicados pelos associados mantenedores e efetivos, com mandato de 02 (dois) anos, com direito à reeleição, com seguintes cargos:
  - I um coordenador;
  - II um adjunto.

Artigo 60 - Compete ao conselho de atletas:

RPA

P

- I organizar competições;
- II aprovar regulamentos das competições;
- III definir programas e projetos;
- IV planejamento das atividades;
- V propor plano de trabalho;
- VI assessorar e orientar a formulação de programas e projetos;
- VII convocar reuniões e assembleias;
- VIII definir comissão de ética;
- IX integrar as atividades com a comunidade, governo e instituições.
- Artigo 61 Compete ao coordenador do conselho de atletas:
  - I organizar calendário de reuniões do Conselho de Atletas;
  - II convocar e presidir reuniões e assembleias do Conselho de Atletas;
  - III coordenar as atividades do Conselho de Atletas.
- Artigo 62 Compete ao adjunto:
  - I secretariar os trabalhos do conselho;
  - II substituir o coordenador nas suas faltas e impedimentos;
  - III manter atas e documentos.
- Artigo 63 Os membros do conselho de atletas poderão participar das reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal da ONG SYMAP.

#### CAPÍTULO X – DA SECRETARIA EXECUTIVA

Artigo 64 - A estrutura administrativa e o organograma da Secretaria Executiva serão dimensionados conforme o volume de atividades a serem administradas, podendo variar em função dos programas e projetos da ONG SYMAP, podendo ser criado coordenação ou departamentos.



- Artigo 65 A secretaria executiva será contratada e remunerada.
- Parágrafo único: Caso a função seja exercida por um associado, o mesmo fica com seus direitos de voto suspensos enquanto estiver ocupando o cargo.
- Artigo 66- Compete à secretaria executiva:
  - I administrar a ONG SYMAP sob o comando do conselho de administração,
  - II cadastrar documentação e encaminhar para segmentos interessados,
  - III organizar os planos de trabalho,
  - IV procurar meios de atualizar a ONG SYMAP.
  - V Elaborar projetos de interesse da ONG SYMAP

#### CAPÍTULO XI - DO PROCESSO ELETIVO

Artigo 67 - Os cargos eletivos para conselho de administração, fiscal e de atletas são exclusivos dos associados mantenedores, efetivos e atletas, que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 68 - Para concorrer aos cargos eletivos, os associados mantenedores, efetivos e atletas, devem estar devidamente registrados por formulário cadastral na secretaria da ONG SYMAP.

APA

P

Artigo 69 - A eleição dos conselhos administrativo, fiscal e de atletas ocorrerá em assembleia extraordinária da seguinte forma:

I - serão indicados dois membros entre os presentes para a condução da assembleia de eleição e que não sejam candidatos,

II - para cada chapa candidata será destinado um período para apresentação da sua plataforma de trabalho,

III - a votação será secreta e aberta para todos os associados em pleno gozo dos seus direitos,

IV - os votos serão depositados em uma urna lacrada, exposta na mesa do presidente.

V - encerrada a votação será realizado o escrutino e a contagem dos votos,

VI - após a contagem será proclamada a chapa eleita.

Artigo 70 - Os candidatos deverão inscrever a sua chapa completa, com seus respectivos nomes e cargos, em duas vias, protocoladas junto à secretaria da ONG SYMAP, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos, antes da assembleia de eleição.

Artigo 71 - Para impugnação da chapa deverá ser realizado um pedido por escrito em até 02 (dois) dias corridos, após o prazo estipulado para a eleição e deverá ser protocolado junto à secretaria da ONG SYMAP.

**Artigo 72 -** A solicitação da impugnação será realizada pelo conselho fiscal ou comissão especialmente constituída para tal finalidade.

**Artigo73** - Ocorrendo a impugnação deverá ser marcada uma nova data para a assembleia de eleição no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos.

**Artigo 74** - Os membros da chapa eleita deverão apresentar até a data da posse, cópias simples dos seguintes documentos:

I-RG.

II - CPF,

III - comprovante de residência,

Artigo 75 - A posse da chapa eleita ocorrerá após 15 (quinze) dias corridos da data da assembleia de eleição.

**Artigo 76-** Caso algum dos membros da chapa eleita deixem de apresentar os documentos até o prazo previsto, a chapa eleita será cancelada, devendo ser realizada nova eleição.

**Artigo 77** - Ocorrendo impugnação da chapa eleita, o mandato do conselho em exercício será prorrogado automaticamente até a posse de novos membros.

# CAPÍTULO XII – DA RECEITA E PATRIMÔNIO

Artigo 78 - Constituem receitas da ONG SYMAP:

I - contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

II - doações e legados nacional ou internacional;

III - usufrutos que lhes forem conferidos;

IV - receitas de comercialização de produtos;

BIA

V - rendas em seu favor constituído por terceiros;

VI - rendimentos de imóveis próprios ou de terceiros;

VII - juros bancários e outras receitas financeiras;

VIII - captação de renúncias e incentivos fiscais;

IX - receitas sobre direitos autorais de produção de materiais promocionais;

X - resultado de comercialização de produtos de terceiros;

XI - resultados de prestação de serviços;

XII - subvenção ou recursos do governo municipal, estadual, União ou de autarquias;

XIII - direitos autorais:

XIV - anuidades;

XV - recursos estrangeiros;

XVI - patrocínios;

XVII - quotas de participação;

XVIII - resultado de sorteios, bingos e concursos;

XIX - contratos de gestão e administração;

XX - termos de parceria nacional ou internacional;

XXI - termos de cooperação nacional ou internacional;

XXII - termos de colaboração nacional ou internacional;

XXIII - termos de fomento;

XXIV – convênios nacional ou internacional;

XXV - conversão de multas sociais.

XXVI - Contratos de parceria nacional ou internacional

Artigo 79 - Todas as receitas serão destinadas em sua integralidade à manutenção e desenvolvimento das finalidades da ONG SYMAP.

Artigo 80 - O patrimônio da ONG SYMAP será constituído de bens identificados em escritura pública, que vierem a ser recebidos por doação, legados e aquisições, livres e desembaraçadas de ônus.

Artigo 81 - A contratação de empréstimo financeiro que venha a contrair de bancos ou através de particulares e que venha a agravar do ônus sobre o patrimônio da ONG SYMAP, dependerá da aprovação dos Conselhos Fiscal, Conselho de Administração e de Atletas.

Artigo 82 - A ONG SYMAP poderá constituir fundos, tais como: Fundo de Apoio Social, Fundo de Investimento, Fundo de Reserva, Fundo do Trabalhador e demais fundos regulamentados conforme legislação pertinente.

#### CAPÍTULO XIII – DOS LIVROS

Artigo 83 – A ONG SYMAP manterá os seguintes livros:

I - livro de presença das assembleias e reuniões,

II - livro de ata das assembleias e reuniões,

III - livros fiscais e contábeis,

IV - demais livros exigidos pelas legislações.

Artigo 84 - Os livros poderão ser confeccionados em folhas soltas, numeradas e arquivadas.

CRAD -

14 So 50 p. 1-1

D

Artigo 85 - Os livros estarão sob a guarda da Conselheira Jurídica e Secretária da ONG SYMAP, devendo ser rubricados pelo presidente do conselho de administração e primeiro titular do conselho fiscal.

**Artigo 86** - Os livros estarão na sede da **ONG SYMAP**, sendo disponibilizados para o público em geral.

Artigo 87- Os interessados poderão obter cópias dos livros, sem direito a sua retirada.

#### CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 88** - Os membros do conselho de atletas poderão realizar reuniões para discussão de assuntos específicos, cuja resolução deverá ser encaminhada para a Secretaria Executiva.

Artigo 89 - A sessão de uma assembleia poderá ser prorrogada para outra data, sem a necessidade de uma nova convocação, desde que aprovado pelos presentes.

Artigo 90 - Os cargos dos conselhos de administração, fiscal e de atletas, não são remunerados, seja a que título for, ficando expressamente vedado por parte de seus membros o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens, pelos cargos estatutários exercidos da ONG SYMAP.

Artigo 91 - Para a extinção da ONG SYMAP o processo consiste em:

I - deverá ser convocada uma assembleia geral extraordinária especialmente para extinção, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, pela imprensa local.

II - a deliberação ocorrerá com 2/3 (dois terços dos presentes),

III - sendo resolvido à extinção, o patrimônio e os bens, satisfeitos as obrigações, serão destinados a uma instituição como determinado na Lei Federal nº 9.790/99.

Artigo 92 - Dentro das atividades da ONG SYMAP fica proibido qualquer tipo de discriminação, seja por raça, idade, sexo, etnia, religião ou classe social.

Artigo 93 - Nas atividades da ONG SYMAP ficam expressamente proibidas as manifestações de política partidária.

Artigo 94— A ONG SYMAP aplica suas rendas, recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e internacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Artigo 95 - Ocorrendo vaga em algum dos cargos dos conselhos de administração, fiscal ou de atletas, qualquer membro dos conselhos terá o prazo de 90 (noventa dias) para convocar assembleia geral extraordinária para eleição de novo membro a ocupar o cargo em disposição. Parágrafo único: No período da convocação o cargo será ocupado pelo substituto devidamente regularizado por esse estatuto.

**Artigo 96** - Os associados não respondem solidariamente nem subsidiariamente pelas obrigações da entidade.

Artigo 97 - O exercício financeiro e fiscal da ONG SYMAP coincidirá com o ano civil.

APA

15 5° P. 15 %

F

6

Artigo 98 - Em casos de constatação de problemas de conduta ética do associado ou mau uso do nome da instituição, o conselho de administração poderá propor a formação de uma comissão de sindicância formada pelos associados, como mínimo de 05 (cinco) membros, para análise da situação e fornecer pareceres para decisão administrativa.

Parágrafo único: A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para apresentação dos pareceres, após a sua constituição.

**Artigo 99** - Atendido o dispositivo do artigo 3°, da Lei Federal n° 9.790/99, de 23/03/99, para qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, fica regida pelo presente estatuto a seguinte norma:

I - observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade,

publicidade, economicidade e da eficiência,

II - adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório,

III - constituição do conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da **ONG SYMAP**,

IV - em caso de dissolução, além de atender o artigo 99 do presente estatuto, o patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei Federal, preferencialmente que tenha mesmo objetivo social da **ONG SYMAP.** 

V - na hipótese da **ONG SYMAP** perder a qualificação instituída na Lei Federal, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei Federal,

VI - possibilidade de instituir remuneração para os dirigentes do da ONG SYMAP que atuem efetivamente na secretaria executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos os valores praticados no mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Artigo 100 - Quanto aos instrumentos de controle social, transparência, prestação de contas, movimentação de recursos e fiscalização interna e externa a serem observadas pela ONG SYMAP, ficam determinados o cumprimento de no mínimo:

I - observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade,

II - elaborar e publicar relatórios de gestão e de execução orçamentária,

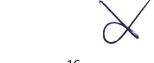
III - elaborar e publicar os instrumentos formalizados dos acordos, seu respectivo valor, prazo de vigência, nome da pessoa, física ou jurídica, contratada, entre outros,

IV - publicação anual do balanço financeiro, na rede mundial de computadores (internet), juntamente com o resumo das atividades, certidão negativa de débitos do INSS e FGTS, bem como colocar à disposição do publico em geral,

V - quando da firmação de termo de parceria, serão obedecidas às instruções do Decreto Federal nº 3.100/99 de 30/06/99 e será contratada auditoria externa independente para aplicação dos recursos originários do termo de parceria,

VI - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem publica recebidos pela **ONG SYMAP**, será realizada conforme determinado no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal,

D



APP



VII - elaborar balanço social e ambiental em conformidade a Resolução nº 1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade.

Artigo 101 - Quando do desenvolvimento de atividades específicas, poderão ser constituídos departamentos com autonomia administrativa e financeira, sendo regulamentado na época da sua constituição.

Artigo 102 - A ONG SYMAP poderá realizar gestão de outras pessoas jurídicas com atuação na área desportiva, de assistência social e de saúde, compondo núcleos de atendimento e mediante realização de consórcio de atividades.

Artigo 103 - A ONG SYMAP poderá constituir conselhos complementares, conforme tipo de atividade a ser realizada para atender às legislações pertinentes sobre a atividade. Parágrafo único: A montagem dos conselhos complementares será realizada pelo conselho de administração e homologada na assembleia subsequente.

Artigo 104 - A ONG SYMAP constituirá departamentos para consecução dos seus objetivos, estando subordinados à secretaria executiva e a sua constituição será autorizada pelo conselho de administração.

Parágrafo único: Cada departamento terá sua norma administrativa e operacional, respeitando os códigos de ética profissional de cada segmento.

**Artigo 105** - O atendimento da **ONG SYMAP** respeitará ao atendimento em gratuidade, conforme legislação em vigor.

Artigo 106 - A ONG SYMAP poderá constituir outras pessoas jurídicas do terceiro setor em forma de mantidas, com autonomia administrativa e financeira, para consecução dos seus objetivos.

Artigo 107 - Atendendo a Lei Federal nº 13.204/15, a prestação de contas relativa à execução do Termo de Parceria perante o órgão da entidade estatal parceira, refere-se à correta aplicação dos recursos públicos recebidos e ao adimplemento do objeto do Termo de Parceria, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

II - demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução;

III - extrato da execução física e financeira;

IV - demonstração de resultados do exercício;

V - balanço patrimonial;

VI - demonstração das origens e das aplicações de recursos;

VII - demonstração das mutações do patrimônio social;

VIII - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;

IX - parecer e relatório de auditoria quando for o caso.

Artigo 108- As exigências de transparência e publicidade previstas em todas as etapas que envolvem o termo de fomento ou de colaboração, desde a fase preparatória até o fim da prestação de contas, naquilo em que for necessário, serão excepcionadas quando se tratar de programa de proteção à pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança, na forma do regulamento.

BIA

17 5° P. 10

A CONTRACTOR OF THE PROPERTY O

a

D



Artigo 109 - Com a aprovação do presente texto do estatuto ficam revogadas as disposições anteriores e contrárias.

Artigo 110-O presente estatuto entra em vigor a partir desta, devendo proceder ao tramite legal para registro e demais providências cabíveis.

Parágrafo primeiro – Até o último dia do mês de março de cada ano, as demonstrações financeiras, acompanhadas de relatório do Conselho de Administração e parecer dos membros do Conselho Fiscal, serão entregues a todos os associados, através de carta registrada. Simultaneamente, ou logo após a publicação das demonstrações financeiras, as mesmas estarão disponíveis no site www.symap.org.br, acompanhadas de cópias de certidões negativas de débitos junto ao INSS e referentes ao FGTS.

Parágrafo segundo - Se necessário, será realizada auditoria, inclusive por auditores externos independentes, para a aplicação de eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento.

Concluídos os trabalhos, o(a) Senhor(a) Presidente comunicou que o mandato terá duração de dois anos, com início em 05 de dezembro de 2024 e término em 04 de dezembro de 2026.

Estando os eleitos presentes, foram empossados de imediato, passando a partir desta data a exercer os poderes e responsabilidades determinados pelo estatuto.

A reunião encerrou-se, sendo por mim, Vera Lucia Vilhena Oliveira Machado -Conselheira Vice-presidente, Tesoureira e Secretária, que a ata fora lavrada, sendo lida, conferida, assinada e rubricada por todos os presentes.

São Paulo, 05 de Dezembro de 2024.

Marco Antônio de Oliveira - Presidente

CPF/MF n° 012.215.718-42

RG nº 13.199.576-5 SSP/SP

Vera Lucia Vilhena Oliveira Machado - Conselheira Vice-presidente, Tesoureira e Secretaria

CPF n° 041.578.318-61 R.G. nº 16.994.480-3 SSP/SP

Lanna Sacramento da Silva - Conselho de Atletas - Efetivo

CPF/MF nº 564.386.068-63 R.G. nº 50.366.623-3SSP/SP

Buri de Jesus Silvo





#### Davi de Jesus Silva - Conselho de Atletas Suplente

CPF/MF nº 561.937.548-06 R.G. nº 50.826.379-7SSP/SP

Ricardo Prates Alves - Conselho Fiscal Efetivo

CPF/MF nº 325.066.428-62

R.G. v 41.42 .428 SP/SP

Fernanda Aguiar de Olivera - Conselheira Jurídica Efetiva

CPF/MF n° 259.5\$6.018-21

Meny

RG n° 25.574.361-0SSP(SP

OAB/SP nº 204.106

Fátima da Rocha Prado – Conselheira Jurídica Suplente

CPF/MF nº 111.408.868-43

RG nº 20-526.343-4SSP/SP OAB/SP nº 123.202

Arnardino Santi CRM 49407

Dr. Bernardino Santi

CPF/MF n° 029.900.278-07 RG n 6.131.086SSP/SP

(Esta página de assinaturas faz parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL SYLVIO DE MAGALHÃES PADILHA realizada em 05 de Dezembro de 2024)



# ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL SYLVIO DE MAGALHÃES PADILHA – ONG SYMAP

CNPJ/MF N° 05.021.203/0001-88

# ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

#### LISTA DE PRESENÇA

Às 11:00 horas do dia 05 de Dezembro de 2024, compareceram na Assembleia Geral Extraordinária com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia — (I) Eleição do novo Conselheiro Fiscal Efetivo; (II) Eleição da Nova Diretoria, novo Conselho Fiscal, e demais Conselhos para a Gestão 2024/2026, com início de mandato em 05 de dezembro de 2024 e término em 04 de dezembro de 2026, da Organização Não Governamental Sylvio de Magalhaes Padilha — ONG SYMAP, CNPJ/MF nº 05.021.203/0001-88, (III) alteração do Estatuto Social, para (i) que o Conselho de Fiscal, seja composto por apenas um membro — reuniram-se na sede da Associação denominada "ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL SYLVIO DE MAGALHAES PADILHA — ONG SYMAP ", situada na Rua Silveira Sampaio n° 309 — Fazenda Morumbi, CEP: 05656-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo:

Marco Antônio de Oliveira - Presidente

CPF/MF nº 012.215.718-42

RG nº 13.199.576 5 SSP/SP

Vera Lucia Vilhena Oliveira Machado - Conselheira Vice Presidente Tesoureira e Secretaria

CPF n° 041.578.318-61 R.G. n° 16.994.480-3 SSP/SP

Lanna Sacramento da Silva - Conselho de Atletas - Efetivo

CPF/MF n° 564.386.068-63 R.G. n° 50.366.623-3SSP/SP

Davi de Jesus Silva – Conselho de Atletas Suplente

CPF/MF nº 561.937.548-06 R.G. nº 50.826.379-7SSP/SP

(A)





Riverle D. Pr

Ricardo Prates Alves - Conselho Fiscal Efetivo

CPF/MF nº 325.066.428-62

R.G. n°/41.421.428SSP/\$P

between

Fernanda Aguiar de Oliveira Conselheira Jurídica Efetiva

CPF/MF nº 259.556.018-21

RG n° 25.574.361-0SSP/SP

OAB/SP n° 204.106

Fátima da Rocha Prado - Conselheira Jurídica Suplente

CPF/MF nº 111.408.868-43

RG nº 20.526.343-4SSP/SP

OAB/SP nº 123.202

NC Barnergino Santi

Dr. Bernardino Santi

CPF/MF nº 029.900.278-07

RG nº 6.131.086SSP/SP

(Esta página de assinaturas faz parte integrante da Lista de Presença referente a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL SYLVIO DE MAGALHÃES PADILHA realizada em 05 de dezembro de 2024)



# ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL SYLVIO DE MAGALHÃES PADILHA – ONG SYMAP CNPJ/MF N° 05.021.203/0001-88

# ANÚNCIO DE CONVOCAÇÃO

A "ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL SYLVIO DE MAGALHAES PADILHA – ONG SYMAP", convoca seus Associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 11:00 horas do dia 05 de Dezembro de 2024, na sede da associação, situada a Rua Silveira Sampaio nº 309 – Fazenda Morumbi, CEP: 05656-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a seguinte ordem do dia: (1) Eleição do novo Conselheiro Fiscal Efetivo; (II) Eleição da Nova Diretoria, novo Conselho Fiscal, e demais Conselhos para a Gestão 2024/2026, com início de mandato em 05 de dezembro de 2024 e término em 04 de dezembro de 2026, da Organização Não Governamental Sylvio de Magalhaes Padilha – ONG SYMAP, CNPJ/MF nº 05.021.203/0001-88, (III) alteração do Estatuto Social, para (i) que o Conselho de Fiscal, seja composto por apenas um membro.

São Paulo, 24 de outubro de 2024.

Marco Antônio de Oliveira - Presidente

CPF/MF nº 012.215.718-42

RG nº 13.199.576- 5 SSP/SP

Vera Lucia Vilhena Oliveira Machado - Conselheira Vice Presidente

CPF nº 041.578.318-61

R.G. nº 16.994.480-3 SSP/SP

Reconheco por semelhanca 1 Firmu(S) SEM VALOR ECONOMICO Comarca TOS. 1470 de: (1) MARCO ANTONIO DE ODVEIRA Dou fé.
São Paulo, 27/01/2025. Em test da Verdade.

Thabata Oliveira Silva - ESCREVENTE Valor: R\$ 8,62. Selos(s): 1242AC343040

